

**A MENSURAÇÃO E O RECONHECIMENTO DO ATIVO BIOLÓGICO
NO SETOR AGRÍCOLA**

Nicole Pereira dos Santos¹

RESUMO

O setor agrícola continua desempenhando um papel de grandeza na economia e na sociedade brasileira, entretanto é um setor que representa desafios quando se trata de contabilidade, como o tratamento de informação sobre os animais vivos e plantas, a atribuição de custos entre diferentes períodos e entre outras questões. Este estudo busca averiguar quais informações são utilizadas nas técnicas de avaliação para a mensuração e o reconhecimento dos ativos biológicos e analisar o impacto desta evidenciação na demonstração contábil de 2023 da empresa SLC Agrícola S.A. do setor agrícola. A pesquisa destaca as dificuldades da mensuração de um ativo biológico, portanto, entendemos que diante dessas dificuldades, eleva-se a importância do CPC 29 que determina que o ativo biológico seja mensurado pelo valor justo, na maioria das vezes, entre o início e o fim de cada competência.

Palavras-chave: Ativo Biológico; Mensuração; CPC 29.

¹ Discente do Curso Superior de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade La Salle Canoas/RS – Universidade La Salle, matriculado na disciplina de TCC II, e-mail: nicole.202010184@unilasalle.edu.br. Sob orientação do Prof. Mestre Sérgio Weber, e-mail: sergio.weber@unilasalle.edu.br. Data de entrega: 02 de julho de 2024.

MEASUREMENT AND RECOGNITION OF BIOLOGICAL ASSETS IN THE AGRICULTURAL SECTOR

SUMMARY

The agricultural sector continues to play a significant role in the Brazilian economy and society. However, it presents challenges in terms of accounting, such as handling information about living animals and plants, assigning costs across different periods, among other issues. This study aims to investigate which information is used in evaluation techniques for measuring and recognizing biological assets, and to analyze the impact of this disclosure on the 2023 financial statements of SLC Agrícola S.A., a company in the agricultural sector. The research highlights the main misconceptions found during the measurement of a biological asset. Therefore, we understand that given these difficulties faced by companies, the importance of CPC 29 increases, which mandates that biological assets be measured at fair value, usually between the beginning and the end of each competency.

Keywords: Biological Asset; Measurement; CPC 29.

1. INTRODUÇÃO

Quando não há um método de mensuração, reconhecimento e divulgação da informação que destaca a situação financeira da organização, a contabilidade não poderá ser útil para a tomada de decisão. Desta forma, para que a contabilidade cumpra o seu propósito, é importante que a determinada informação seja precisa e confiável para atender às necessidades das pessoas envolvidas.

Na finalidade de buscar melhorias e uma maior qualidade da informação contábil surgiram as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), desenvolvidas pelo grupo *International Accounting Standards Board* (IASB), com o objetivo de estabelecer padrões globais e facilitar a compreensão das informações contábeis e financeiras de empresas de diferentes países.

No Brasil, em agosto de 2009, foi aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola,

com o objetivo de determinar a funcionalidade e as divulgações em relação aos ativos biológicos e os produtos agrícolas, o qual regulamentou que: “O ativo biológico, por sua vez, refere-se a um animal ou a uma planta, vivos, que produz produto agrícola”. O setor agrícola, assim como outros setores, também enfrenta riscos por conta das condições climáticas e as suas transformações biológicas, causando uma mudança na substância do ativo biológico e impactando na mensuração contábil desses ativos.

O CPC 29 descreve que:

“Um ativo biológico deverá ser mensurado ao valor justo, menos o custo de vender, no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos descritos no item 30, em que o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável.”

Contudo, verifica-se uma carência de conhecimento em relação à mensuração dos ativos biológicos, se realmente a maioria reconhece pelo valor justo e se mantém em todos os anos o mesmo processo e forma técnica de mensuração deste ativo. Segundo Bohusová, a atividade agrícola é caracterizada por atividades específicas que requerem tratamentos contábeis adequados (BOHUŠOVÁ, 2012). Para Brito, a mensuração dos ativos biológicos é dotada de subjetividade e as dificuldades são inerentes quando não existem valores de mercado disponíveis (BRITO, 2010). Nesse contexto, o estudo tem como problema: Como as empresas agrícolas reconhecem e mensuram os seus ativos biológicos? Desta forma, o estudo objetiva verificar como se dá o reconhecimento, a evidenciação e a mensuração dos ativos biológicos em empresas agrícolas. Para responder o questionamento, foram analisadas e estudadas as demonstrações financeiras do ano 2023 da empresa SLC Agrícola, uma representante do ramo agrícola que possui ativos biológicos em suas demonstrações contábeis.

A importância desta análise está em observar quais metodologias as organizações estão utilizando para esclarecer a mensuração e as práticas de reconhecimento do determinado ativo biológico e observar se ainda existe alguma dificuldade ou desentendimento por parte da empresa em realizar o reconhecimento e a evidenciação dos ativos biológicos de forma confiável e de acordo com a realidade.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, a metodologia utilizada neste artigo caracteriza-se como estudo de caso, sendo, o estudo de caso trata-se de uma investigação empírica

que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real (YIN, 2001). As características do estudo de caso são decorrentes de duas circunstâncias: por um lado a natureza e abrangência da unidade e por outro a sua complexidade, determinada pelos suportes teóricos utilizados pelo pesquisador (CHIARA, 2008). É uma ferramenta que possui uma investigação mais detalhada e profunda sobre o que está sendo estudado, permitindo uma revisão mais abrangente sobre o tema.

Quanto aos procedimentos relacionados, define-se como pesquisa documental, realizando uma análise através da divulgação das demonstrações financeiras de uma determinada empresa. A abordagem caracteriza-se como qualitativa, pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório (GIL, 2002).

O estudo foi baseado em uma análise das demonstrações financeiras da empresa SLC Agrícola, fundada em 1977, uma das maiores produtoras de commodities agrícolas do país.

O objetivo da pesquisa é averiguar quais informações e metodologias estão sendo utilizadas nas técnicas de avaliação para a mensuração e o reconhecimento dos ativos biológicos e analisar o impacto desta evidenciação nas companhias brasileiras do setor agrícola, também verificar se existem algumas dificuldades em relação às tratativas do ativo biológico da entidade.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Ativos biológicos e produtos agrícolas

As normas internacionais de contabilidade *Internacional Accouting Standard* (IAS), atualmente conhecidas como *International Financial Reporting Standards* (IFRS) se referem a um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais publicados e revisados pelo *International Accouting Standards Board* (IASB). Possuem como objetivo, formular um modelo único de normas contábeis internacionais e facilitar a compreensão das informações financeiras de empresas de diferentes países, tornando-as mais comparáveis. Foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela resolução CFC nº 1.055/05 e tem como objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de

informações dessa natureza (CPC, 2010). Sendo assim, através do IAS 41 – Agricultura, em 7 de agosto de 2009, o CPC aprovou o pronunciamento técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola.

O CPC 29 tem como objetivo abordar o tratamento contábil, e respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas (Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC 29, 2009). Entende-se como ativo biológico um animal e/ou planta, vivos que através do processo de crescimento, degeneração, produção e procriação sofrem mudanças qualitativas e quantitativas (CPC 29, 2009). O produto agrícola é definido como o produto colhido ou, de alguma forma, obtido a partir de um ativo biológico de uma entidade. Para Burritt e Cummings (2002), são ativos de longo prazo que envolvem a geração de produtos agrícolas tais como pomares e criação de gado.

Como exemplo de ativo biológico, podem-se citar as árvores frutíferas, gado de leite, porcos, videiras e etc.; e como exemplos de produção agrícola, as frutas colhidas, o leite do gado leiteiro, carcaça do porco, a uva da videira e entre outros. Assim, por exemplo, o eucalipto é um ativo biológico que produz o produto agrícola “madeira”, a ser utilizado como matéria-prima. (Sumário do Pronunciamento Técnico CPC 29, item 2). O Pronunciamento Técnico CPC 29 passou a ser obrigatório, no Brasil, no final do ano de 2010.

O CPC 29 apresenta uma tabela que consta exemplos de ativos biológicos, produto agrícola e produtos resultantes do processamento depois da colheita, com isso, este pronunciamento técnico não se trata de produtos agrícolas após a colheita, neste momento será aplicado o CPC 16 – Estoques, ou outro pronunciamento técnico mais adequado.

Quadro 1: Exemplos de ativo biológico, produtos agrícolas e produtos resultantes do procedimento após a colheita.

IAS 41 - Brasil		
Ativos biológicos	Produto agrícola	Produtos resultantes do processamento após a colheita
Árvores frutíferas	Frutas colhidas	Frutas processadas
Gado de leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Salsichas, presunto
Videiras	Uvas	Vinho

Fonte: Adaptado do CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola

O modelo contábil utilizado anteriormente para a atividade agrícola no país era baseado no custo histórico. Fioravante et al. (2010, p. 70) apresentou que “a natureza claramente distinta dos ativos biológicos e produtos agrícolas em relação aos outros ativos de uma empresa causava um natural conflito e incerteza”. Pois por conta dos ativos das empresas agrícolas passarem por transformações biológicas, eles não poderiam ser tratados como modelo contábil a custo histórico.

Desta forma, o pronunciamento técnico CPC 29 defende o tratamento contábil para os ativos biológicos e produtos agrícolas e determina que eles devam ser reconhecidos e mensurados nas demonstrações financeiras ao seu valor justo, onde é possível visualizar a verdadeira variação patrimonial que ocorreu em determinado período.

3.2. Reconhecimento e mensuração ao valor justo

O processo de integrar formalmente um item nas demonstrações financeiras de uma empresa, como ativo, passivo, receita ou despesa consiste em um reconhecimento. Entretanto, “para que o ativo ou passivo seja reconhecido, ele deve ser mensurado” (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC 00, item 5.19). Existem diversas formas de realizar a mensuração contábil de uma empresa, seja pelo custo histórico, custo corrente, valor líquido de realização e chegando ao valor presente dos fluxos de caixa futuros (MARTINS, 2000). Contudo, nos últimos anos a mensuração a valor justo foi ganhando força, ainda de acordo com o CPC 29, quando for mensurado de forma confiável, “o ativo biológico deve ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência; e o produto agrícola colhido de ativos biológicos da entidade deve ser mensurado ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita.” (CPC 29, itens 12 e 13).

De acordo com o CPC 29 e CPC 46, valor justo é:

“O preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

Uma das principais dificuldades dos processos relacionados à mensuração dos ativos biológicos é a sua análise, no caso, se eles atendem aos critérios para que estejam apresentados nas demonstrações financeiras. Este reconhecimento dos ativos está

relacionado no momento em que se entende do reconhecimento sobre um ativo, passivo, despesa ou receita que impactará no resultado.

Contudo, o CPC 29 determina que uma entidade deva reconhecer um ativo biológico ou produto agrícola quando, e somente quando: a empresa controla o ativo como resultado de eventos passados; for provável que benefícios econômicos futuros associados com o ativo fluirão para a entidade; e, o valor justo ou o custo do ativo puder ser mensurado confiavelmente.

Em atividade agrícola, o controle pode ser evidenciado, por exemplo, em uma floresta primária, que nunca tenha sido explorada ou influenciada pelo ser humano e que se a entidade não possui o direito de exploração, não pode ser reconhecida como um ativo biológico nas demonstrações financeiras de uma entidade, mesmo que possa ser estimado o custo ou o valor justo da mesma. Para ilustrar a importância de benefícios futuros prováveis podemos exemplificar através de uma empresa que possui uma floresta em um local e que por um motivo legal não possa mais extrair frutos daquela floresta, causando uma falha de associação de benefícios econômicos desse ativo para a entidade, no entanto esta floresta não deve ser reconhecida em demonstrações contábeis.

Tradicionalmente, o método de mensuração utilizado pela contabilidade é o custo histórico, os custos históricos representam o pagamento efetivo que foi realizado para aquele determinado ativo, no caso, o ativo é mensurado pelo valor pago no momento da aquisição, sendo um processo mais objetivo. Porém, há estudos que apontam para as alternativas de mensuração de ativos e passivos, dentre elas a mensuração pelo *fair value* (valor justo) (COUTINHO, 2007).

A mensuração real do valor justo de um ativo biológico deve levar em consideração todos os custos vinculados ao ativo específico. Se não há uma mensuração confiável, no caso, quando o valor do ativo biológico deveria ser baseado no mercado, mas não o tem disponível, o ativo biológico deve ser mensurado ao custo, menos as depreciações e perdas no valor recuperável acumulado.

O valor justo consiste no preço aplicado ao ativo biológico quando há uma negociação no mercado. Por ser uma mensuração baseada em mercado, o valor justo é mensurado utilizando-se as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre o risco. (CPC 46, item 3). Os ativos biológicos da entidade são calculados de forma contábil, pelo seu valor justo e, depois, os custos da venda são reduzidos, realizando a variação de ganho e perda sobre o seu valor justo. Contudo, de acordo com o CPC 46, foi apresentado diretrizes para a definição do valor

justo quando inexistir mercado ativo, na perspectiva da hierarquia de valor das fontes de informação. O valor justo de um ativo biológico pode ser calculado por meio de 3 níveis:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; O preço cotado em mercado ativo oferece a evidência mais confiável do valor justo e deve ser utilizado sem ajuste para a mensuração;
- **Nível 2:** O valor justo é determinado pela observação do preço cotado de itens semelhantes em mercado ativo, itens idênticos ou similares em mercados não ativos;
- **Nível 3:** O valor justo é concebido por fatores não baseados em dados mensuráveis de mercado, a avaliação é feita sobre demonstrações técnicas, por exemplo o fluxo de caixa descontado.

Através do valor justo para a mensuração de ativos biológicos e produtos agrícolas podemos compreender antecipadamente o resultado do patrimônio atualizado.

3.3. Custo histórico

De acordo com CPC 29, o ativo biológico é mensurado pelo valor justo, exceto para casos em que o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável. No pronunciamento técnico, a revisão CPC 08 alterou o item 2 do CPC 29, mencionando que as plantas portadoras (aquelas que geram produtos por mais de um período) não são mensuradas conforme o CPC 29. Sendo elas, mensuradas pelo CPC 27 – Imobilizado, ao custo de aquisição/produção. Assim como nos casos dos frutos em formação nas plantas portadoras, o produto agrícola se encontra em transformação biológica durante o seu crescimento, dificultando o seu reconhecimento a valor justo.

Os custos históricos se referem ao valor que a entidade pagou por um determinado ativo, sua mensuração é realizada pelo valor pago na data de aquisição. Alguns autores e especialistas defendem sua utilização por aparentar mais objetivo e comum na elaboração dos demonstrativos financeiros. De acordo com Ludícibus, na avaliação dos ativos não monetários, é sua objetividade e verificabilidade o motivo de sua adoção (Ludícibus, 1987).

Quadro 2: Conceitos – Ativo biológico e produto agrícola

	Conceitos	Exemplos
Produto Agrícola	Produto colhido de ativo biológico	Frutas, grãos, leite, ovo, soja, lã e entre outros.
Ativos Biológicos para produção	Aqueles que são mantidos para gerar produtos agrícolas e/ou ativos biológicos.	Plantas destinadas à produção periódica, por exemplo, árvores frutíferas e entre outras. Animais para procriação.
Ativos Biológicos consumíveis	Passíveis de serem colhidos e vendidos.	Plantas relacionadas à produção de produtos uma única vez, por exemplo, o milho. Animais criados para venda de carne.

Fonte: Adaptado do CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola

O CPC 27 orienta que as plantas portadoras, exceto os seus produtos, devem ser mensuradas pelo seu custo, o custo histórico do ativo é o valor dos custos incorridos na aquisição do ativo. O custo de um item do ativo imobilizado compreende: seu preço de aquisição; custos diretamente atribuíveis; à estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado; e entre outros (CPC 27, 2009). Podemos citar como exemplos de custos das plantas portadoras: os custos com assessoria agrônoma, custos com a preparação da terra, custos com a mão de obra de plantio e entre outros. O CPC 29 determina que a entidade deve ter controle sobre o ativo e que consiga mensurar confiavelmente o custo ou o valor justo do ativo, envolvendo esta base de mensuração e que este ativo promova benefícios futuros.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta pesquisa aplicada utilizou-se de dados levantados em demonstrações financeiras divulgadas pela empresa da amostra. A SLC Agrícola S.A. é uma das maiores produtoras de commodities agrícolas do país, produzindo algodão, milho e soja e se dedicando à criação de gado. Também produz e comercializa sementes de soja e algodão sob a marca SLC Sementes e foi uma das primeiras empresas do agronegócio a ter ações negociadas em Bolsa de Valores (SLC, 2024).

Apresenta-se a análise dos resultados, iniciando pelo reconhecimento anual e representação dos ativos biológicos da empresa e analisando o critério de mensuração utilizado pela empresa do setor agrícola.

4.1 Demonstrações Contábeis

Balanço patrimonial 2020:

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019						(em milhares de Reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.319.290	649.548	1.604.053	829.427	Fornecedores	17	933.146	773.124	1.101.769	922.000
Aplicações financeiras	5	-	53.652	-	55.342	Empréstimos e financiamentos	18	297.692	623.874	377.547	699.515
Contas a receber de clientes	6	178.085	137.114	207.283	178.405	Impostos, taxas e contribuições diversas		49.452	47.905	57.186	57.510
Adiantamento a fornecedores		3.221	1.924	3.580	2.443	Obrigações sociais e trabalhistas		65.235	44.151	79.989	54.572
Estoque	7	1.179.014	941.957	1.031.082	1.071.354	Adiantamento de clientes		57.233	28.907	68.264	33.289
Ativo biológico	8	739.267	667.954	891.804	780.589	Débitos com partes relacionadas	16	1.310	2.763	118	125
Tributos a recuperar	9	28.521	33.970	39.447	41.943	Passivo arrendam. com partes relacionadas	13	204.525	104.591	-	-
Titulos a receber	10	-	-	31.207	71.657	Operações com derivativos	25	318.242	47.839	358.969	55.230
Operações com derivativos	25	89.721	30.975	98.587	34.008	Titulos a pagar	21	-	-	12.273	12.273
Créditos com partes relacionadas	16	2.475	1.040	8	11	Provisões para riscos tribut., amb, trabalhistas e cíveis	19	3.524	3.808	5.429	4.121
Outras contas a receber		5.280	7.642	6.217	11.412	Dividendos a pagar	22h	83.680	73.759	86.332	73.759
Despesas antecipadas		15.471	12.887	17.141	14.030	Arrendamentos a pagar	24.2	-	225	5.283	225
Ativos mantidos para venda		810	189	971	189	Passivo arrendamento com terceiros	13	150.888	105.998	162.258	114.567
Total do ativo circulante		3.561.155	2.538.852	4.201.380	3.090.810	Outras contas a pagar		12.112	10.644	21.680	16.375
						Total do passivo circulante		2.177.039	1.867.588	2.337.097	2.043.561
Não circulante											
Aplicações financeiras	5	663	650	663	650	Não circulante					
Tributos a recuperar	9	64.236	73.432	111.203	122.469	Empréstimos e financiamentos	18	1.753.056	933.853	2.039.736	1.160.251
Imposto de renda e contrib. social diferidos	20	-	-	20.480	22.517	Imposto de renda e contrib. social diferidos	20	153.553	187.853	230.802	247.531
Operações com derivativos	25	118.126	10.492	146.785	11.328	Passivo arrendam. com partes relacionadas	13	1.517.643	795.214	-	-
Créditos com partes relacionadas	16	25.246	31.060	-	-	Operações com derivativos	25	56.965	3.519	58.152	5.643
Adiantamento a fornecedores		2.758	5.292	59.814	30.241	Titulos a pagar	21	-	-	706	1.412
Despesas antecipadas		378	528	437	528	Passivo arrendamento com terceiros	13	742.326	491.653	772.026	515.149
Outros créditos		2.071	3.059	13.705	7.945	Outras obrigações		114	161	114	161
Titulos a receber	10	-	-	2.700	5.248	Total do passivo não circulante		4.223.657	2.412.253	3.101.536	1.930.147
		213.478	124.503	355.787	200.926						
						Patrimônio líquido					
Investimentos	11	2.212.789	2.200.537	-	-	Capital social	22a	947.522	947.522	947.522	947.522
Propriedade para investimento	12	-	-	224.194	217.010	Reserva de capital	22b	97.504	97.760	97.504	97.760
Ativo de direito de uso	13	2.463.254	1.388.969	828.496	555.031	(-) Ações em tesouraria	22c	(52.921)	(64.321)	(52.921)	(64.321)
Imobilizado	14	855.159	796.366	2.944.544	2.878.989	Reservas de lucros	22d,ef,g	978.074	680.719	978.074	680.719
Intangível	15	35.240	15.291	35.290	15.363	Outros resultados abrangentes	22j	970.200	1.122.997	970.200	1.122.997
		5.566.442	4.401.163	4.032.524	3.666.393	Total atribuível aos acionistas da companhia		2.940.379	2.784.677	2.940.379	2.784.677
Total do ativo não circulante		5.779.920	4.525.666	4.388.311	3.867.319	Particip. dos acionistas não controladores		-	-	210.679	199.744
TOTAL DO ATIVO		9.341.075	7.064.518	8.589.691	6.958.129	Total do patrimônio líquido		2.940.379	2.784.677	3.151.058	2.984.421
						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.341.075	7.064.518	8.589.691	6.958.129

Balanço patrimonial 2021:

	Nota	31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.046	1.319.290	139.780	1.604.053
Contas a receber de clientes	6	117.841	178.085	147.414	207.283
Adiantamento a fornecedores		15.963	3.221	29.502	3.580
Estoques	7	1.931.023	1.179.014	2.806.365	1.301.082
Ativo biológico	8	1.177.298	739.267	1.690.969	891.804
Tributos a recuperar	9	49.616	28.521	126.936	39.447
Títulos a receber	10	-	-	21.919	31.207
Operações com derivativos	25	49.225	89.721	107.676	98.587
Créditos com partes relacionadas	16	52.351	2.475	20	8
Outras contas a receber		21.957	5.280	23.977	6.217
Despesas antecipadas		8.860	15.471	14.275	17.141
Ativos mantidos para venda		525	810	573	971
Total do ativo circulante		3.470.705	3.561.155	5.109.406	4.201.380
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	684	663	684	663
Tributos a recuperar	9	97.517	64.236	152.690	111.203
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	405.662	20.480
Operações com derivativos	25	183.326	118.126	183.607	146.785
Títulos a receber	10	-	-	26.962	2.700
Créditos com partes relacionadas	16	6.649	25.246	-	-
Adiantamento a fornecedores		2.785	2.758	74.202	59.814
Outros créditos		2.431	2.071	19.770	13.705
Despesas antecipadas		19	378	19	437
		293.411	213.478	863.596	355.787
Investimentos	11	3.658.256	2.212.789	1.640	-
Propriedade para investimento	12	-	-	333.269	224.194
Ativo de direito de uso	13	4.400.728	2.463.254	3.042.185	828.496
Imobilizado	14	1.066.733	855.159	3.398.063	2.944.544
Intangível	15	69.954	35.240	118.184	35.290
		9.195.671	5.566.442	6.893.341	4.032.524
Total do ativo não circulante		9.489.082	5.779.920	7.756.937	4.388.311
Total do ativo		12.959.787	9.341.075	12.866.343	8.589.691

	Nota	31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	671.234	732.358	1.009.194	870.902
Empréstimos e financiamentos	18	503.252	297.692	669.735	377.547
Cessão de crédito	18	31.004	200.788	39.004	230.867
Impostos, taxas e contribuições diversas		20.215	49.452	57.832	57.186
Obrigações sociais e trabalhistas		103.609	65.235	148.613	79.989
Adiantamento de clientes		408.985	57.233	568.043	68.264
Débitos com partes relacionadas	16	117.621	1.310	79	118
Passivo arrendamento com partes relacionadas	13	287.194	204.525	-	-
Operações com derivativos	25	341.879	318.242	394.582	358.969
Títulos a pagar	21	-	-	93.775	12.273
Provisões para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis	19	2.975	3.524	32.002	5.429
Dividendos a pagar	22h	252.226	83.680	269.803	86.332
Arrendamentos a pagar	24.2	-	-	15.048	5.283
Passivo arrendamento com terceiros	13	331.920	150.888	511.932	162.258
Outras contas a pagar		11.787	12.112	22.338	21.680
Total do passivo circulante		3.083.901	2.177.039	3.831.980	2.337.097
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	1.866.270	1.753.056	1.918.024	2.039.736
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	271.443	153.553	360.906	230.802
Passivo arrendamento com partes relacionadas	13	2.310.609	1.517.643	-	-
Operações com derivativos	25	126.155	56.965	139.966	58.152
Títulos a pagar	21	-	-	14.862	706
Passivo arrendamento com terceiros	13	1.776.588	742.326	2.824.456	772.026
Outras obrigações		73	114	73	114
Total do passivo não circulante		6.351.138	4.223.657	5.258.287	3.101.536
Patrimônio líquido					
Capital social	22a	1.512.522	947.522	1.512.522	947.522
Reserva de capital	22b	164.953	97.504	164.953	97.504
(-) Ações em tesouraria	22c	(116.846)	(52.921)	(116.846)	(52.921)
Reservas de lucros	22d,e,f,g	1.174.813	978.074	1.174.813	978.074
Outros resultados abrangentes	22j	789.306	970.200	789.306	970.200
Total atribuível aos acionistas da Companhia		3.524.748	2.940.379	3.524.748	2.940.379

Balanço patrimonial 2022:

	Nota	31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	845.445	46.046	1.235.775	139.780
Contas a receber de clientes	6	123.834	117.841	174.291	147.414
Adiantamento a fornecedores		9.247	15.963	14.924	29.502
Estoques	7	2.360.370	1.931.023	3.343.980	2.806.365
Ativo biológico	8	1.257.897	1.177.298	1.799.576	1.690.969
Tributos a recuperar	9	73.882	49.616	139.817	126.936
Títulos a receber	10	-	-	25.852	21.919
Operações com derivativos	25	192.100	49.225	272.728	107.676
Créditos com partes relacionadas	16	63.637	52.351	-	20
Outras contas a receber		47.340	21.957	15.012	23.977
Despesas antecipadas		7.864	8.860	10.183	14.275
Ativos mantidos para venda		498	525	545	573
Total do ativo circulante		4.982.114	3.470.705	7.032.683	5.109.406

	Nota	31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	747	684	747	684
Tributos a recuperar	9	137.511	97.517	204.094	152.690
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	281.819	405.662
Operações com derivativos	25	51.138	183.326	61.677	183.607
Títulos a receber	10	-	-	31.650	26.962
Créditos com partes relacionadas	16	-	6.649	-	-
Adiantamento a fornecedores		-	2.785	79.805	74.202
Outros créditos		2.439	2.431	40.174	19.770
Despesas antecipadas		58	19	458	19
		191.893	293.411	700.424	863.596
Investimentos	11	4.008.749	3.658.256	3.618	1.640
Propriedade para investimento	12	-	-	385.817	333.269
Ativo de direito de uso	13	4.486.842	2.463.254	2.881.262	3.042.185
Imobilizado	14	1.308.599	1.066.733	3.733.112	3.398.063
Intangível	15	83.455	69.954	131.473	118.184
		9.887.645	9.195.671	7.135.282	6.893.341
Total do ativo não circulante		10.079.538	9.489.082	7.835.706	7.756.937
Total do ativo		15.061.652	12.959.787	14.868.389	12.866.343

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	1.090.965	671.234	1.564.582	1.009.194
Empréstimos e financiamentos	18	1.137.091	503.252	1.281.537	669.735
Cessão de crédito	18	-	31.004	-	39.004
Impostos, taxas e contribuições diversas		189.140	20.215	207.688	57.832
Obrigações sociais e trabalhistas		109.192	103.609	149.756	148.613
Adiantamento de clientes		159.845	408.985	238.942	568.043
Débitos com partes relacionadas	16	6.386	117.621	2.482	79
Passivo arrendamento com partes relacionadas	13	327.505	287.194	-	-
Passivo arrendamento com terceiros	13	367.182	331.920	523.573	511.932
Operações com derivativos	25	137.320	341.879	139.585	394.582
Titulos a pagar	21	-	-	86.102	93.775
Provisões para riscos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários	19	3.497	2.975	38.257	32.002
Dividendos a pagar	22.h	291.852	252.226	302.370	269.803
Arrendamentos a pagar	24.2	-	-	14.146	15.048
Outras contas a pagar		30.413	11.787	40.670	22.338

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total do passivo circulante					
		3.850.388	3.083.901	4.589.690	3.831.980
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	2.016.280	1.866.270	2.172.734	1.918.024
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	330.182	271.443	443.717	360.906
Passivo arrendamento com partes relacionadas	13	2.513.411	2.310.609	-	-
Passivo arrendamento com terceiros	13	1.732.000	1.776.588	2.730.474	2.824.456
Operações com derivativos	25	20.074	126.155	20.546	139.966
Titulos a pagar	21	-	-	14.276	14.862
Outras obrigações		520	73	520	73
Total do passivo não circulante		6.612.467	6.351.138	5.382.267	5.258.287
Patrimônio líquido					
Capital social	22.a	1.512.522	1.512.522	1.512.522	1.512.522
Reserva de capital	22.b	168.544	164.953	168.544	164.953
(-) Ações em tesouraria	22.c	(280.170)	(116.846)	(280.170)	(116.846)
Reservas de lucros	22.d,e,f,g	1.891.460	1.174.813	1.891.460	1.174.813
Outros resultados abrangentes	22.j	1.306.441	789.306	1.306.441	789.306
Total atribuível aos acionistas da Companhia		4.598.797	3.524.748	4.598.797	3.524.748
Participação dos acionistas não controladores		-	-	297.635	251.328
Total do patrimônio líquido		4.598.797	3.524.748	4.896.432	3.776.076
Total do passivo e do patrimônio líquido		15.061.652	12.959.787	14.868.389	12.866.343

Balanço patrimonial 2023:

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO

R\$ (mil)	31/12/2022	AV	31/12/2023	AV	AH
Ativo Circulante					
	7.032.683	47,3%	7.367.273	46,5%	4,8%
Caixa e equivalentes de caixa	1.235.775	8,3%	1.613.703	10,2%	30,6%
Contas a receber de clientes	174.291	1,2%	143.694	0,9%	-17,6%
Adiantamento a fornecedores	14.924	0,1%	9.098	0,1%	-39,0%
Estoques	3.343.980	22,5%	3.656.261	23,1%	9,3%
Ativos biológicos	1.799.576	12,1%	1.488.540	9,4%	-17,3%
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	1.195	0,0%	4.455	0,0%	272,8%
Tributos a recuperar	138.622	0,9%	122.781	0,8%	-11,4%
Títulos a receber	25.852	0,2%	27.590	0,2%	6,7%
Operações com derivativos	272.728	1,8%	265.314	1,7%	-2,7%
Créditos com partes relacionadas	0	0,0%	1.235	0,0%	n.m.
Outras contas a receber	15.012	0,1%	19.980	0,1%	33,1%
Despesas antecipadas	10.183	0,1%	10.982	0,1%	7,8%
Ativos mantidos para venda	545	0,0%	3640	0,0%	567,9%
Ativo Não Circulante					
	7.835.706	52,7%	8.489.045	53,5%	8,3%
Aplicações Financeiras	747	0,0%	1.115	0,0%	49,3%
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	9.789	0,1%	11.675	0,1%	19,3%
Tributos a recuperar	194.305	1,3%	222.013	1,4%	14,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	281.819	1,9%	254.080	1,6%	-9,8%
Operações com derivativos	61.677	0,4%	19.746	0,1%	-68,0%
Títulos a receber	31.650	0,2%	0	0,0%	-
Adiantamento a fornecedores	79.805	0,5%	75.410	0,5%	-5,5%
Despesas antecipadas	458	0,0%	1.798	0,0%	292,6%
Outros créditos	40.174	0,3%	49.656	0,3%	23,6%
	700.424	4,7%	635.493	4,0%	-9,3%
Investimentos e Imobilizado					
Investimentos	3.618	0,0%	3.657	0,0%	1,1%
Propriedades para investimento	385.817	2,6%	430.889	2,7%	11,7%
Ativo de Direito de uso	2.881.262	19,4%	2.885.337	18,2%	0,1%
Imobilizado	3.733.112	25,1%	4.395.692	27,7%	17,7%
Intangível	131.473	0,9%	137.977	0,9%	4,9%
	7.135.282	48,0%	7.853.552	49,5%	10,1%
ATIVO TOTAL					
	14.868.389	100,0%	15.856.318	100,0%	6,6%

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO

R\$ (mil)	31/12/2022	AV	31/12/2023	AV	AH
Passivo Circulante	4.589.690	30,9%	4.040.317	25,5%	-12,0%
Fornecedores	1.564.582	10,5%	1.258.175	7,9%	-19,6%
Empréstimos e financiamentos	1.281.537	8,6%	1.413.552	8,9%	10,3%
Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar	159.219	1,1%	92.829	0,6%	-41,7%
Impostos, taxas e contribuições diversas	48.469	0,3%	16.197	0,1%	-66,6%
Obrigações sociais e trabalhistas	149.756	1,0%	135.279	0,9%	-9,7%
Adiantamento de clientes	238.942	1,6%	354.070	2,2%	48,2%
Débitos com partes relacionadas	2.482	0,0%	2.539	0,0%	2,3%
Operações com derivativos	139.585	0,9%	113.012	0,7%	-19,0%
Títulos a pagar	86.102	0,6%	53.899	0,3%	-37,4%
Provisões p/ riscos trib., amb.trab. e cíveis	38.257	0,3%	13.594	0,1%	-64,5%
Dividendos a pagar	302.370	2,0%	197.404	1,2%	-34,7%
Arrendamentos a pagar	14.146	0,1%	16.762	0,1%	18,5%
Passivo de arrendamento com terceiros	523.573	3,5%	298.644	1,9%	-43,0%
Outras contas a pagar	40.670	0,3%	74.361	0,5%	82,8%
Passivo Não Circulante	5.382.267	36,2%	6.574.135	41,5%	22,1%
Empréstimos e financiamentos	2.172.734	14,6%	2.979.827	18,8%	37,1%
Imposto de renda e contrb. social diferidos	443.717	3,0%	435.872	2,7%	-1,8%
Operações com derivativos	20.546	0,1%	21.864	0,1%	6,4%
Títulos a pagar	14.276	0,1%	154.056	1,0%	979,1%
Outras obrigações	520	0,0%	5.217	0,0%	903,3%
Passivo de arrendamento com terceiros	2.730.474	18,4%	2.977.299	18,8%	9,0%
Patrimônio Líquido Consolidado	4.896.432	32,9%	5.241.866	33,1%	7,1%
Capital social	1.512.522	10,2%	2.012.522	12,7%	33,1%
Reserva de capital	168.544	1,1%	168.704	1,1%	0,1%
(-) Ações em tesouraria	-280.170	-1,9%	-57.707	-0,4%	-79,4%
Reservas de lucros	1.891.460	12,7%	1.395.452	8,8%	-26,2%
Outros resultados abrangentes	1.306.441	8,8%	1.408.087	8,9%	7,8%
Participação dos acionistas não controladores	297.635	2,0%	314.808	2,0%	5,8%
PASSIVO TOTAL	14.868.389	100,0%	15.856.319	100,0%	6,6%

4.2 Reconhecimento e representação dos ativos biológicos

No período de 2020 a 2023 o ativo biológico consolidado da empresa estudada foi de R\$ 1.488.540,00. Podemos destacar um crescimento nos ativos biológicos durante os anos de 2020 a 2022. Os ativos biológicos da companhia são formados por culturas temporárias (em formação) e plantel de rebanho bovino. Para ilustrar melhor, segue um comparativo entre os anos estudados, apresentando a evolução do reconhecimento dos ativos biológicos na empresa agrícola.

Comparativo anual - Ativos Biológicos			
2020	2021	2022	2023
R\$ 891.804,00	R\$ 1.690.969,00	R\$ 1.799.576,00	R\$ 1.488.540,00

Fonte: Demonstrações Financeiras SLC Agrícola

De acordo com a tabela 1, é destacada a relação entre os ativos totais e os ativos biológicos da empresa SLC Agrícola, no ano de 2023. Para ilustrar melhor, segue um modelo representativo sobre o reconhecimento dos ativos biológicos na empresa.

Tabela 1 - Relação Ativos Biológicos X Ativos Totais

Razão Social	Ativos Totais R\$ milhares de reais	Ativos Biológicos R\$ milhares de reais	Percentual %
SLC Agrícola S.A.	R\$ 15.856.318	R\$ 1.488.540	9,39%

Fonte: Elaborado pela autora através das Demonstrações Financeiras de 2023.

Podemos analisar que a representação do ativo biológico equivale a 9,39% em relação ao ativo total, destacando a importância deste ativo para a empresa.

4.3 Mensuração e divulgação dos ativos biológicos

Ao analisar as demonstrações financeiras da empresa do setor agrícola, percebe-se que os ativos biológicos reconhecidos e mensurados correspondem às culturas em formação e ao rebanho bovino e de acordo com as normas internacionais IAS41, a entidade mensura seus ativos biológicos no fim de cada período.

Os ativos biológicos de culturas são mensurados pelos gastos incorridos com a formação das safras até a transformação biológica, neste momento é avaliado pelo valor justo, menos as despesas de vendas e os custos de produção. A mensuração a valor justo das culturas inclui preços cotados em mercado ativo, ajustados para refletir novas informações e se caracterizando como nível 3, o valor justo é determinado utilizando-se o método de renda. Segue abaixo, as principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos referentes às safras, pela empresa SLC Agrícola.

Premissas utilizadas:
Área total colhida (ha)
Produtividade obtida (sc/ha)
Área em ponto de colheita (ha)
Produtividade estimada (sc/ha)
Preço médio (R\$/sc)

Mudanças nas premissas utilizadas pela empresa, podem impactar na mudança de resultado do fluxo de caixa descontado e na valorização ou desvalorização dos ativos biológicos da empresa.

Os ativos biológicos destacados como rebanhos são formados por gado recria e gado engorda, sendo avaliados pelo valor justo, deduzindo-se as despesas de vendas e custos de aquisição, desde o seu registro no estoque ou na época da desmama dos bezerros até

o momento do abate. A mensuração está classificada em nível 1, preços cotados em um mercado ativo para ativos idênticos na data do exercício, é baseada na arroba, na raça, na faixa etária e nos custos necessários para a realização da venda.

O quadro 3 foi elaborado através das análises realizadas sobre as demonstrações anuais da empresa, constando informações sobre a mensuração, evidenciação e divulgação dos ativos biológicos, conforme o CPC 29.

Quadro 3: Mensuração e evidenciação dos ativos biológicos

SLC Agrícola S.A.			
	SIM	NÃO	METODOLOGIA
Balanço Patrimonial	X		-
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	X		-
Notas Explicativas	X		-
Mensuração do Valor Justo	-	-	Mercado Ativo

Fonte: Demonstrações Financeiras SLC Agrícola 2023

De acordo com o CPC 29 as empresas devem divulgar as informações sobre os ativos biológicos em suas demonstrações com alguns itens determinados pelo pronunciamento, partindo disso, foram elaborados e adaptados os quadros 4 e 6 que constam de alguns itens que são considerados importantes. Nestes quadros são apresentados os resultados referentes à divulgação dos ativos biológicos da empresa SLC Agrícola S.A.

Quadro 4: Análise item 40 do CPC 29

Item do CPC 29	Descrição	A empresa evidencia?	A empresa não evidencia?
40	A entidade deve divulgar o ganho ou a perda do período corrente em relação ao valor inicial do ativo biológico e do produto agrícola e, também, os decorrentes da mudança no valor justo, menos a despesa de venda dos ativos biológicos.	SIM	

Fonte: Adaptado do CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola

Em relação ao item 40, conforme as informações presentes no quadro 4, a empresa SLC Agrícola divulgou em suas declarações financeiras o ganho ou a perda sobre o valor justo ou seu reajuste.

Quadro 5: Análise itens 41 e 42 do CPC 29

Item do CPC 29	Descrição	A empresa evidencia?	A empresa não evidencia?
41 e 42	A entidade deve fornecer uma descrição de cada grupo de ativos biológicos. A divulgação requerida pelo item 41 pode ter a forma dissertativa ou quantitativa.	SIM	

Fonte: Adaptado do CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola

No quadro 5 é destacado o resultado referente a divulgação da descrição dos grupos de ativos biológicos nas demonstrações financeiras e a empresa SLC Agrícola também cumpriu com a apresentação do item conforme o CPC 29.

Quadro 6: Análise item 43 do CPC 29

Item do CPC 29	Descrição	A empresa evidencia?	A empresa não evidencia?
43	A entidade é encorajada a fornecer uma descrição da quantidade de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos, conforme apropriado.		NÃO

Fonte: Adaptado do CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola

Por fim, no quadro 6, foi apresentado o resultado referente à divulgação da quantidade de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos, de acordo com a empresa e seus ativos biológicos. Neste caso, se tratando de um encorajamento para as empresas, a SLC Agrícola não aderiu a este item.

Em relação aos resultados das análises, a empresa SLC Agrícola apresentou itens relevantes do CPC 29 em suas demonstrações financeiras, visto que o item 34 do CPC 29 se trata de uma sugestão e não determinação ou obrigação do pronunciamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na finalidade de buscar melhorias e uma maior qualidade da informação contábil surgiram as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), com o objetivo de estabelecer padrões globais e facilitar a compreensão das informações financeiras. Em agosto de 2009, foi aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, com o objetivo de determinar a funcionalidade e as divulgações em relação aos ativos biológicos e os produtos agrícolas. A obrigatoriedade para sua adoção começou no final do exercício de 2010. Este estudo teve como objetivo entender como as empresas agrícolas se comportam em relação ao reconhecimento e mensuração dos seus ativos biológicos e se seguem às normas estipuladas pelo CPC 29.

Foram analisadas, inicialmente, as demonstrações financeiras da empresa SLC Agrícola, uma das maiores empresas do agronegócio do Brasil. Para alcançar este propósito, houve estudos compondo alguns itens que reconhecem a divulgação e a mensuração de acordo com o CPC 29, a empresa da amostra evidencia seus ativos biológicos em suas demonstrações.

A empresa SLC Agrícola apresentou informações relevantes nas suas notas explicativas, destacando a composição dos grupos dos ativos biológicos e a movimentação do valor justo durante o exercício apresentado. A empresa do setor de alimentos obteve reconhecimento de 9,39% em relação ao ativo total, sendo composto por culturas em formação e rebanho bovino.

Através deste estudo, foi possível analisar que, em parte, a empresa presente nesta pesquisa segue as orientações do CPC 29. Entretanto, percebe-se que ainda existem algumas dificuldades no entendimento da norma, pois após anos desde a obrigatoriedade da aplicação do CPC 29, algumas empresas possuem dúvidas em relação à evidenciação de seus ativos biológicos. Na amostra, a empresa apresentou em suas notas explicativas

somente a mensuração de seus ativos biológicos, sendo elemento de extrema importância de divulgação, porém considerado básico quanto à exigibilidade da norma.

Seriam necessárias informações mais relativas em relação aos grupos dos ativos biológicos, como a distinção entre os ativos biológicos consumíveis, de produção, maduros e imaturos. Também informações relacionadas às estratégias que a administração possui em relação aos riscos financeiros sobre a atividade agrícola. Em resumo, verificou-se uma falta de informações nas divulgações, pois as informações sobre os ativos biológicos nas demonstrações financeiras foram limitadas ao básico do CPC 29.

REFERÊNCIAS

BOHUŠOVÁ, Biological assets reporting: is the increase in value caused by the biological transformation revenue. *Agricultural Economics Czech*, 2012. Disponível em: <https://www.agriculturejournals.cz/pdfs/age/2012/11/03.pdf>

BRITO, E. Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do valor justo na atividade da pecuária bovina. 2010.

BURRITT, R. L.; CUMMINGS, L. S. Accounting for biological assets-the experience of an Australian conservation company. *Asian Review of Accounting*, 2002.

Disponível em:

<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/eb060756/full/html>

CHIARA, Ivone Guerreiro Di. et al. Normas de documentação aplicadas à área de Saúde. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=z6N6gs8_gmEC&oi=fnd&pg=PA3&dq=CHIARA,+Ivone+Guerreiro+Di.+et+al.+Normas+de+documenta%C3%A7%C3%A3o+aplicadas+%C3%A0+%C3%A1rea+de+Sa%C3%BAde.+Rio+de+Janeiro:+E-papers,+2008.&ots=I9OmEXsFg5&sig=t8xILr6_LoroLqUJdUTPhfdLIRA#v=onepage&q&f=false

COUTINHO, Adolfo Henrique, TRAPP, Adriana, WASSERMAN, Cláudio, VIEIRA, Jorge. – Relevância Contábil da Marcação a Mercado das Instituições Financeiras no Brasil. 2007.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 27 Ativo Imobilizado. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamento?Id=58>

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 46 Mensuração do valor justo. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=78>

FIORAVANTE, et al. IAS 41 – Ativo biológico e produto agrícola. In: ERNST & YOUNG; FIPECAFI. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos Gil. Como elaborar projetos de pesquisa 4ª Ed. 2002. Editoria Atlas. Disponível em: <http://biblioteca.isctem.ac.mz/bitstream/123456789/734/1/%5BAntonio-Carlos->

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. . São Paulo: Atlas. . Acesso em: 09 jun. 2024. , 1987. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000765291>

LIMA, Caroline. Ativo Biológico: O que é e como mensurar. 2021. Disponível em: <https://investorcp.com/gestao-ativo-imobilizado/ativos-biologicos/>

MARTINS, Prof. Dr. Eliseu Martins. Avaliação de empresas: da mensuração contábil à economia. 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cest/a/RW34Pc4yfGhrY9xMKwk4GqF/?lang=pt>

Portal Contábeis. IFRS: entenda a importância das normas internacionais de contabilidade. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/61315/ifrs-o-que-e-e-qual-a-importancia-na-contabilidade/>

SLC AGRÍCOLA – Demonstrações Financeiras – 31/12/2023. Disponível em:

<https://ri.slcagricola.com.br/servicos-aos-investidores/central-de-downloads/>

Sumário do Pronunciamento Técnico CPC 29. Ativo Biológico e Produto Agrícola
Disponível em:

Norma Contabilística e de Relato Financeiro 17. IAS 41 – Agricultura. Disponível em:

https://www.cnc.min-financas.pt/siteantigo/snc_projecto/ncrf_17_agricultura.pdf